

Resenha do livro: Educação Fiscal e Cidadania – Reflexões da Prática Educativa

Beatriz Caetano Silva Oliveira¹

Edineide Ma. de Oliveira²

Vanessa Santos de Souza³



Este artigo está licenciado sob forma de uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

 <https://doi.org/10.32459/2447-8717e368>

Recebido: 17-04-2025 | Aprovado: 29-04-2025 | Publicado: 12-03-2025

Resumo: A presente resenha crítica tem como objetivo analisar a obra *Educação Fiscal e Cidadania – Reflexões da Prática Educativa*, publicada em 2018 pela Editora da UFRGS/CEGOV. Organizado por Rosa Ângela Chieza, Maria Regina Paiva Duarte e Cláudia M. de Cesare, o livro resulta de uma articulação interinstitucional entre a UFRGS, o Instituto Justiça Fiscal, a Receita Federal, a Receita Estadual do Rio Grande do Sul e a Prefeitura de Porto Alegre. A obra se propõe a discutir, sob diferentes perspectivas, o papel da educação fiscal como instrumento de cidadania e justiça social. Estruturado em três módulos – Estado e Tributação, Orçamento e Gasto Público, e Transparência e Cidadania –, o livro apresenta um conteúdo acessível, baseado na experiência do Curso de Extensão em Educação Fiscal e Cidadania. Esta resenha busca explorar o conteúdo, destacar contribuições teóricas e práticas e realizar uma análise crítica que relacione os temas da obra com o cenário atual brasileiro, especialmente no contexto da promoção de uma cultura cidadã fiscal e da consolidação da democracia participativa.

Palavras-chave: Educação fiscal. Justiça tributária. Participação social. Políticas públicas. Cidadania.

¹ Aluna do 5^a. semestre do Curso de Administração.

² Economista e Pró-reitora de Pós-Graduação do Centro Universitário Assunção.

³ Aluna do 5^a. semestre do Curso de Administração.

1 Introdução

O livro *Educação Fiscal e Cidadania – Reflexões da Prática Educativa* emerge como uma resposta direta às lacunas existentes na formação cidadã dos brasileiros, especialmente no que se refere à compreensão sobre o funcionamento do sistema tributário, do orçamento público e das formas de controle social sobre os recursos do Estado. Publicada em 2018, a obra é fruto da experiência concreta do Curso de Extensão em Educação Fiscal e Cidadania, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em parceria com outras instituições públicas de relevância nacional.

Em uma realidade social marcada por desigualdades persistentes, concentração de renda e baixa participação cidadã, o fortalecimento da educação fiscal surge como estratégia fundamental para o empoderamento social. A obra reflete a preocupação dos autores e organizadores em oferecer uma abordagem teórico-prática que capacite o cidadão comum a compreender, fiscalizar e participar das decisões sobre a arrecadação e a aplicação dos recursos públicos. Nesse sentido, a coletânea se insere como contribuição valiosa ao debate acadêmico e à formação prática dos profissionais e estudantes das áreas de administração pública, contabilidade, direito, economia e ciências sociais.

A presente resenha foi elaborada para o II Encontro de Iniciação Científica em Cidadania Fiscal dos NAFs do Estado de São Paulo, cujo tema é "Diálogos em Cidadania Fiscal: pesquisa acadêmica e prática profissional em debate". Assim, além da síntese dos principais conteúdos da obra, a análise aqui proposta buscará evidenciar sua aplicabilidade no contexto dos Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAFs) e sua contribuição para a formação crítica de estudantes e profissionais da área fiscal e contábil.

2 Estrutura e Conteúdo da Obra

A obra está organizada em três módulos, que articulam os fundamentos conceituais e as experiências práticas do campo da educação fiscal no Brasil. Cada módulo é composto por capítulos escritos por especialistas reconhecidos nas áreas de direito tributário, administração pública, economia e pedagogia crítica.

2.1 Estado e Tributação

Neste primeiro módulo, os textos abordam o papel do Estado na sociedade contemporânea e a função dos tributos como mecanismo de financiamento das políticas públicas. É apresentada uma comparação entre os modelos de Estado de Bem-Estar Social e Estado Mínimo, destacando-se os impactos de cada um na garantia de direitos e na promoção da equidade social.

Um dos principais méritos da obra é expor, de forma clara, os elementos estruturantes do Sistema Tributário Nacional (STN), seus princípios constitucionais (legalidade, isonomia, capacidade contributiva e progressividade) e as injustiças do sistema atual. O livro evidencia que a carga tributária brasileira, embora elevada em termos absolutos, é concentrada sobre o consumo, penalizando desproporcionalmente as classes de menor renda. Ao mesmo tempo, há uma tímida tributação sobre o patrimônio e a renda, o que reforça a desigualdade.

A crítica à isenção de lucros e dividendos na tributação da renda e à regressividade do IRPF é especialmente contundente, revelando a seletividade e a assimetria do modelo fiscal brasileiro. Da mesma forma, a análise sobre os tributos sobre o patrimônio – como IPTU, IPVA, ITR e ITCMD – demonstra os entraves políticos e técnicos à efetividade de uma tributação mais justa.

2.2 Orçamento e Gasto Público

O segundo módulo mergulha nos mecanismos que regulam o ciclo orçamentário e a execução das despesas públicas. A obra dedica atenção especial aos instrumentos de planejamento como o PPA, LDO e LOA, explicando sua função, elaboração e limites. A discussão sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Emenda Constitucional nº 95/2016 é crítica e atual. A LRF é reconhecida como marco na modernização da gestão pública, mas a EC 95 – que impõe um teto para os gastos públicos – é apontada como um retrocesso, principalmente por restringir o financiamento de políticas sociais essenciais como saúde, educação e assistência social.

A abordagem prática dos capítulos ganha relevância ao trazer exemplos de execução orçamentária em contextos reais, como o município de Porto Alegre. Os autores demonstram como o ciclo de gasto (empenho, liquidação e pagamento) pode ser compreendido por qualquer cidadão, desde que haja acesso à informação e incentivo à participação social.

2.3 Transparência e Cidadania

O terceiro módulo da obra estabelece uma conexão direta entre cidadania, participação e fiscalização do Estado. A ênfase recai sobre o controle social, entendido como o conjunto de práticas e instrumentos que permitem ao cidadão acompanhar e influenciar a gestão pública.

Neste ponto, destaca-se a abordagem do controle social sob diversas formas – eleitoral, institucional e participativa – e o papel da transparência ativa e passiva como base para o exercício da cidadania. A obra diferencia claramente os tipos de corrupção – na arrecadação (como a sonegação) e na execução (desvio de recursos) – ressaltando a necessidade de combate tanto à evasão fiscal quanto ao mau uso do dinheiro público.

Um dos aspectos mais inovadores da coletânea é a incorporação da pedagogia de Paulo Freire como base metodológica para a educação fiscal. A prática dialógica e a problematização são apresentadas como estratégias para a formação crítica e emancipadora, que visa transformar o sujeito em agente de transformação social.

3 Análise Crítica da Obra

A coletânea apresenta uma articulação consistente entre teoria e prática, oferecendo uma leitura acessível sem abrir mão da complexidade dos temas abordados. O grande diferencial está na linguagem clara, na presença de exemplos concretos e na abordagem intersetorial que conecta economia, direito, administração pública e educação.

No entanto, há espaço para aprofundamento em certos pontos, como o papel da mídia na formação da consciência fiscal ou o impacto das reformas tributárias em tramitação no Congresso. Além disso, uma reflexão mais densa sobre o federalismo fiscal e os conflitos entre entes federativos poderia enriquecer o debate.

Outro ponto de destaque é o diálogo que a obra estabelece com práticas educativas emancipatórias. A pedagogia crítica de Paulo Freire é integrada não apenas como referência teórica, mas como ferramenta metodológica para a atuação prática em projetos educativos.

4 Relação com a Prática dos NAFs e a Formação Profissional

A leitura da obra se revela especialmente útil para estudantes e professores envolvidos nos Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAFs), pois oferece fundamentos teóricos e práticos que reforçam o papel social do profissional da área fiscal.

A experiência relatada no livro estimula a aplicação de projetos de extensão universitária voltados à educação fiscal comunitária, à orientação sobre tributos e ao controle social. A partir disso, torna-se possível integrar o conhecimento técnico à responsabilidade cidadã, formando profissionais comprometidos com a justiça fiscal e o fortalecimento da democracia.

5 Considerações Finais

Educação Fiscal e Cidadania – Reflexões da Prática Educativa é uma obra essencial para quem deseja compreender o papel dos tributos em uma sociedade democrática. Seu mérito está em propor uma abordagem integrada, pedagógica e crítica sobre o sistema fiscal brasileiro, incentivando o protagonismo cidadão na fiscalização e no planejamento das finanças públicas.

A coletânea se destaca como ferramenta de formação para educadores, estudantes e gestores públicos, ao mesmo tempo em que oferece caminhos para a construção de uma cidadania fiscal ativa. Ao promover o diálogo entre teoria e prática, a obra contribui para ampliar a compreensão coletiva sobre os mecanismos de arrecadação e uso dos recursos públicos, oferecendo instrumentos para o controle social e o combate às desigualdades.

6 Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.

BRASIL. *Lei Complementar nº 101*, de 4 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 95*, de 15 de dezembro de 2016.

CHIEZA, R.Â.; DUARTE, M.R.P.; DE CESARE, C.M. (org.). *Educação fiscal e cidadania: reflexões da prática educativa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

INSTITUTO JUSTIÇA FISCAL. Disponível em: www.ijf.org.br. Acesso em: mar. 2025.